

O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano¹

*"Estado Novo" and the workers: the construction of Latin-
American corporatism*

Alexandre Fortes²

Artigo recebido e aprovado em novembro de 2007

Resumo:

Este artigo revê alguns aspectos do debate sobre a natureza da relação entre o Estado Novo (1937-1945) e os trabalhadores, contextualizando-os no quadro das transformações políticas em curso na América Latina nas décadas de 1930 e 1940, com ênfase na comparação entre os três maiores países da região: Brasil, México e Argentina. No que tange à produção historiográfica brasileira, examina os elementos de continuidade e ruptura entre o Estado Novo e os primeiros sete anos de governo de Getúlio Vargas (1930-1937), bem como a crítica ao uso do conceito de "populismo" e a proposta de sua substituição pelo termo "trabalhismo".

Palavras-Chave:

Estado Novo; Trabalhadores; Corporativismo; Populismo; História Comparada - América Latina.

Abstract:

This article reexamines some aspects of the debate about the nature of the relationship between the Estado Novo regime (1937-1945) and the Brazilian working class, contextualizing them in the framework of the political transformations that took place in Latin America from the 1930's to the 1940's, with emphasis in the comparison between the region's three major countries: Brazil, Mexico and Argentina. In what regards to the Brazilian historiography, it examines the elements of

¹ O presente artigo foi elaborado com base no projeto: "Reverendo a relação entre movimento operário e Estado na América Latina: O Sindicalismo Classista no México, Argentina e Brasil", que conta com financiamento da Faperj (Programa Primeiros Projetos) e do CNPq (Edital de Ciências Humanas – 2006). O projeto vincula-se ao grupo de pesquisa "Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais".

² Professor do Departamento de História e Economia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

continuity and rupture between the Estado Novo regime and the first seven years of Getúlio Vargas rule (1930-1937), as well as the critique of the concept of "populism" and its proposed replacement by "trabalhismo" ("laborism").

Keywords:

Estado Novo regime; Workers; Corporatism; Populism; Comparative History - Latin America.

O sistema corporativista de relações de trabalho permanece como o legado institucional mais durável deixado pelo Estado Novo. Como expressão de uma tendência mundial das décadas de 1930 e 1940, da qual a América Latina produziu exemplos destacados, o Estado brasileiro formatou autoritariamente mecanismos de reconhecimento dos direitos e das formas de representação dos trabalhadores.

Esse processo, se de um lado gerou um efeito inclusivo que transformou de forma duradoura o sistema político do país, de outro criou sérios obstáculos para os projetos políticos baseados em concepções classistas e autônomas, limitando o potencial de crescimento da esquerda e desfigurando a experiência do chamado "intervalo democrático" (1945-1964). Essa temática, analisada em obras clássicas de diversos momentos da produção historiográfica sobre o tema, tem sido recentemente iluminada em novos ângulos por trabalhos que demonstram como se deu a construção do sindicalismo oficial no cotidiano das entidades e que mudanças o Estado Novo trouxe em relação à intervenção estatal que já havia sido desencadeada a partir de 1930.

As transformações na política latino-americana nas décadas de 1930 e 1940

A América Latina foi a região do mundo em que o impacto político da recessão desencadeada com a quebra da bolsa de Nova Iorque de 1929 se fez sentir de forma mais imediata. Como recorda Eric Hobsbawm, já em 1930-31, "doze países mudaram de governo ou regime [...], dez deles por golpe militar"³, o que se constitui na expressão mais significativa da reversão na tendência mundial de expansão das instituições liberais verificada desde o século XIX. Brasil, Argentina e México, os três maiores países da região, seguiram trajetórias e cronologias distintas, mas chegaram todos à conjuntura do pós-Guerra com sistemas políticos nos quais os trabalhadores - especialmente os urbanos mas, ao

³ Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*, 2a org. (São Paulo: Companhia das Letras, 1996). P.108.

menos no caso mexicano, também os rurais - passaram a desempenhar um papel significativo como base de apoio de líderes individuais, partidos ou movimentos que ou polarizavam ou praticamente monopolizavam a vida política nacional. Um breve quadro comparativo de como esses processos evoluíram nos três países entre 1930 e 1945 contribui para situar o Estado Novo brasileiro como expressão de tendências regionais e mundiais mais amplas, bem como para delimitar suas singularidades.

A Argentina, na qual a Lei Saens Peña de 1912 tinha ampliado significativamente a participação popular na política, criando as condições para os governos reformistas de Hipólito Irigoyen (1916-22 e 1928-30), ingressou em 1930 na chamada "década infame". Com a retomada do poder pelas oligarquias tradicionais, houve a ilusória tentativa de restauração de uma relação de dependência preferencial ao já decadente Império Britânico, por meio do pacto Roca-Runciman. O movimento operário, que desfrutara anteriormente de espaço para a conquista de importantes leis sociais, foi submetido a uma dura repressão. Nos anos quarenta, paradoxalmente, foi a ruptura definitiva com as aparências democráticas a partir do golpe realizado pelo GOU (Grupo de Oficiais Unidos) em 1943 que veio a abrir um novo canal institucional para o atendimento de demandas dos trabalhadores, por meio da atuação do vice-presidente e chefe do Departamento Nacional do Trabalho, coronel Juan Domingo Perón. Em virtude de sua crescente influência junto ao movimento sindical, Perón foi deposto e preso por seus colegas militares, sendo libertado dois dias depois, em consequência das maciças demonstrações dos trabalhadores que tomaram Buenos Aires em 17 de outubro de 1945, marcando a emergência do fenômeno peronista, consolidado no ano seguinte com sua vitória arrasadora na eleição para a Presidência da República.

No México, a presidência de Lázaro Cardenas, situada numa conjuntura intermediária dentro do período de quinze anos que analisamos aqui (1934-1940) foi marcada pela retomada do impulso reformista e antiimperialista que perpassou a Revolução Mexicana em muitos momentos desde 1911, mas que, nas duas décadas que se seguiram, tinha se diluído em meio à extrema violência da luta entre os distintos chefes e grupos que emergiram do próprio processo revolucionário. É compreensível, portanto, que outra face desse governo tenha sido a institucionalização do novo sistema político nacional, baseado no monopólio do poder pelo Partido da Revolução Mexicana (PRM)⁴. Ao lado da mobilização popular intensa,

⁴ Criado em 1938, o PRM que substituiu o antigo e inorgânico Partido Nacional Revolucionário (PNR, criado em 1929) e daria origem ao atual Partido Revolucionário Institucional (PRI, denominação adotada em 1946).

a defesa dos direitos nacionais sobre os produtos do subsolo, como o petróleo, e o aprofundamento da independência diplomática tornaram o México de Cárdenas um oásis para a esquerda internacional, especialmente à medida que ficava claro o avanço nazi-fascista na Europa. Além disso, o governo distribuiu em seis anos mais terras do que todos os anteriores, desde 1911, somados, e tornou efetiva, pela primeira vez, a legislação trabalhista prevista na constituição de 1917.

No Brasil, ao contrário dos dois casos que comentamos acima, Getúlio Vargas perpassou os quinze anos que separam o desencadear da recessão mundial da queda das bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki no poder. Entre 1930 e 1937, passou de um governo provisório a uma presidência constitucional, ambas expressões da sua capacidade de manipular as fissuras e contradições internas do sistema oligárquico anterior, no qual ainda se baseavam os maiores interesses econômicos e políticos constituídos no país. Posteriormente, tornou-se ditador sob a égide de uma Constituição que institucionalizava o autoritarismo para, por fim, converter-se, às vésperas de sua deposição, em liderança suprema de um movimento de massas que perduraria e até se radicalizaria por dez anos após seu suicídio, em 1954.

Nos três casos, chega-se, por caminhos diferentes, a resultados que possuem fortes similaridades. Foram estabelecidos sistemas corporativistas de relações de trabalho, marcados pela combinação entre, de um lado, o reconhecimento, ou até mesmo a oficialização, do movimento sindical e, de outro, o estabelecimento de arranjos institucionais orientados pela intenção de subordinar essas organizações de trabalhadores ao aparelho partidário e estatal, entendidos como depositários de interesses nacionais superiores aos de classe. Esses sistemas, ademais, revelaram-se extremamente duradouros, seja na forma da sobrevivência das leis que os regulamentavam às transformações do cenário político que marcaram as décadas posteriores (como no Brasil)⁵ ou da vinculação de uma central sindical hegemônica ao partido governante ou majoritário (como no México e na Argentina).

O final dos anos 1930 e o início dos anos 1940 presenciaram, portanto, nos maiores países latino-americanos, a construção da base institucional corporativista sobre a qual se desenvolveria, simultânea ou posteriormente, o fenômeno populista. Mas como explicar essas amplas convergências em meio às marcantes especificidades nacionais? Indubitavelmente, a crise do liberalismo político e econômico, como indicaram todas as análises clássicas sobre o tema, constitui o pano de

⁵ Como destaca Michael Hall: “Em nenhum outro lugar um sistema corporativista completo sobreviveu à ditadura que o impôs”. Michael Hall, “Corporativismo e Fascismo. In: *Do corporativismo ao neoliberalismo*. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra, org. Ângela Araújo (São Paulo: Boitempo, 2002), 13-28. p. 26.

fundo fundamental sobre o qual se dá a busca por modelos alternativos pelas novas elites políticas da região. A esse respeito, é interessante recorrer à análise de Polanyi, que demonstra como, apesar dessa crise ter se expressado com alguma nitidez já nos anos vinte, foi apenas a partir da conjuntura de 1933-34, com as experiências simultâneas do New Deal, do nazismo, assim como da ruptura definitiva da Inglaterra com o padrão-ouro que ficou claro que o mundo do século XIX, definitivamente, jamais voltaria a ser restaurado.⁶

Um segundo aspecto a ser avaliado é a forma como se expressou, nesses grandes países latino-americanos, a luta ideológica internacional que marcou o período. Na Europa, ela era configurada por um conjunto de fatores: a tradição dos movimentos socialistas de massas desde o século XIX; a divisão entre social-democratas e comunistas a partir da Primeira Guerra Mundial; a Revolução Russa; e o fracasso da tentativa de desencadear a revolução nos países capitalistas centrais. Na década de trinta, o fato fundamental era a própria sobrevivência da URSS e sua relativa imunidade à crise mundial, fato que, somado à guinada da Internacional Comunista a partir de 1934 em favor da estratégia de Frente Popular, abriu espaço para uma expansão considerável da adesão de segmentos da classe trabalhadora organizada ao comunismo. É importante lembrar que não apenas os agentes do Comintern, mas também importantes segmentos das elites burguesas ocidentais acreditavam que a recessão mundial era uma clara demonstração de que o sistema capitalista estava com seus dias contados.⁷

No caso da América Latina, evidentemente, a forma e a escala em que esses fatores se manifestam é totalmente distinta. Ainda assim é possível afirmar que nos anos trinta se afirma uma influência significativa, ainda que numericamente minoritária, dos comunistas no movimento operário da região. Como demonstram pesquisas recentes sobre categorias tão distintas como os trabalhadores dos frigoríficos de Berisso, Argentina, os estivadores de Santos ou os metalúrgicos de Porto Alegre, foram os comunistas que, na maioria das vezes, desenvolveram métodos de organização dos operários fabris, que em diversos centros urbanos latino-americanos passavam no período a se constituir no núcleo de uma nova configuração de classe⁸ ou então que desenvolveram mecanismos político-

⁶ Karl Polanyi, *A Grande Transformação - as origens de nossa época* (Rio de Janeiro: Campus, 1980). Pp. 39-48.

⁷ Hobsbawm, *Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. Pp. 113-143; John Kenneth Galbraith, *A era da incerteza* (São Paulo: Pioneira, 1980). Pp. 195-226.

⁸ Mirta Zaida Lobato, *La vida en las fábricas : trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970)* (Buenos Aires: Prometeo Libros, 2001); Alexandre Fortes, *Nós do quarto distrito : a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas* (Rio de Janeiro/Caxias do Sul: Garamond/EDUCS, 2004).

organizativos capazes de superar o domínio de categorias com longa trajetória de atividade sindical por práticas de gangsterismo.⁹

Portanto, é fundamental não perder de vista que as forças políticas construídas a partir da intervenção estatal lograram se enraizar na classe trabalhadora urbana a partir de uma intensa disputa de espaço com o comunismo. Essa disputa não impedia o estabelecimento de alianças em conjunturas específicas, mas também não excluiu o uso do poder repressivo do Estado em defesa dos seus apoiadores e prepostos. Mais do que isso, os mecanismos de oficialização sindical estabeleceram, explicitamente, formas de exclusão da esquerda, perpetuando o controle político de peronistas, varguistas e militantes do PRI sobre os sindicatos, como o imposto sindical e os atestados ideológicos no Brasil, ou a "cláusula de exclusão de separação" mexicana, que estabelecia que o militante expulso do sindicato seria automaticamente demitido também do seu emprego.¹⁰

Traçado esse panorama geral, creio que temos em mãos novos elementos para voltar a algumas velhas perguntas: "Qual o significado da inflexão vivida pelo governo Vargas com o golpe do Estado Novo? Como compreender a natureza da relação estabelecida a partir daí entre Estado e a classe trabalhadora e o seu impacto sobre a experiência democrática de 1945 a 1964?".

Do corporativismo difuso à ditadura do Estado Novo

Tornou-se tradicional entre os críticos da legislação trabalhista brasileira do pós-1930, ampliada e sistematizada durante o Estado Novo - sejam eles liberais ou integrantes da esquerda - denunciá-la como uma simples cópia do que fora produzido na mesma área pelo fascismo italiano. Se, por um lado, quanto mais avançam as pesquisas, mais fica evidente o simplismo contido nessas generalizações, por outro, conforme demonstra Michael Hall, a negação da profunda influência do fascismo italiano no ambiente dos formuladores das políticas trabalhistas do Estado Novo é igualmente inadequada:

partes enormes da Constituição de 1937 de Vargas, especialmente os itens relativos ao trabalho, são - o que é bastante constrangedor - literalmente retiradas da *Carta del Lavoro*¹¹

⁹ Fernando Teixeira da Silva, *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras* (Campinas: Editora Unicamp, 2003).

¹⁰ Kevin J. Middlebrook, *The paradox of revolution: labor, the state, e authoritarianism in Mexico* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995). P. 96.

¹¹ Hall, "Corporativismo e Fascismo." p. 18.

A denúncia de que o caráter autoritário do Estado Novo descaracterizou o legado progressista trazido pelos advogados trabalhistas que haviam militado na defesa das reivindicações dos trabalhadores no pré-1930 e que compuseram a equipe Ministério do Trabalho Indústria e Comércio nas primeiras fases do governo Vargas marca a obra de um dos pioneiros dos estudos do trabalho no Brasil. Evaristo de Moraes Filho, no seu clássico estudo *O problema do sindicato único no Brasil*¹² empenhou-se em refutar as teses que identificavam já na primeira lei de sindicalização varguista (decreto 19.770 de 1931) o embrião da estrutura sindical vinculada ao Estado prevista na CLT. Para ele, o Estado Novo representara um "desvio autoritário", não uma continuidade com o trabalho desenvolvido no início dos anos 1930 pelos formuladores da política trabalhista, dentre os quais se destacava o seu pai.

De fato, por mais que possam ser apontados princípios teóricos, jurídicos e políticos comuns entre as primeiras leis trabalhistas varguistas e a CLT, a mudança no próprio contexto de gestação da legislação foi notável entre o primeiro e o segundo momentos. O caráter interativo do desenvolvimento da legislação no período anterior a 1937, ou seja, o seu aperfeiçoamento a partir das tentativas de aplicação, foi demonstrado de forma pioneira por José Albertino Rodrigues.¹³ Nas décadas seguintes, diversos trabalhos demonstraram como esse processo foi permeado por intensos conflitos no que tange às relações entre Estado, trabalhadores e empresários.¹⁴ O reconhecimento por parte do Estado da titularidade dos trabalhadores a direitos sociais e a uma forma de representação coletiva legalizada, ainda que com severas restrições à sua atuação, produzia importantes transformações na atuação sindical. Conforme sintetizamos em 1999:

O corporativismo embrionário, tal como expresso na legislação trabalhista e sindical do período 1931-1934, é entendido aqui como uma reação à iniciativa de reorganização interna do sindicalismo e à luta por direitos sociais nos anos 20. Se num primeiro momento o Estado conquistou a iniciativa e a capacidade de redefinir o terreno dos conflitos

¹² Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*, 2. org. (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978).

¹³ José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968).

¹⁴ Para uma síntese da produção acadêmica relativa a este tópico, cf: Ângela Araújo, "Estado e trabalhadores: A montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil," In: *Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, org. Ângela Araújo (São Paulo: Boitempo, 2002), 29-57.

trabalhistas, havia ainda ampla margem de manobra para o movimento operário, que legitimava e ampliava a repercussão de suas lutas, pautadas agora na cobrança da efetivação da legislação. [...] A contradição da estrutura sindical corporativa desde então tem sido o fato de que ela só serve como fonte de legitimidade para o poder com vitalidade associativa, enquanto tem se mostrado impossível que a desenvolva sem se tornar a catalisadora de conflitos que a doutrina corporativista pretendeu negar.¹⁵

Conforme já apontara Werneck Vianna em 1976,¹⁶ a hegemonia do pensamento corporativista já se manifestava claramente durante os trabalhos da constituinte de 1934. Entretanto, havia vários corporativismos concorrentes, sendo que o que detinha a maior bancada, o da Igreja Católica, representada por intermédio da Liga Eleitoral Católica, optou taticamente pela defesa da liberdade sindical, com receio de que o Estado viesse a monopolizar o controle sobre as representações de trabalhadores. Diante da onda de greves de 1934-35, entretanto, prevaleceu a disposição do Executivo em aprofundar o controle do Estado sobre os sindicatos. Portanto, para o movimento operário o Estado Novo não teria começado apenas em 1937, mas sim com a repressão que se sucedeu ao fracasso do levante comunista de novembro de 1935, que proporciona a Vargas o trunfo da ameaça comunista, unificando a maior parte das forças políticas conservadoras em apoio à implantação de uma ditadura.

De fato, nossa pesquisa sobre o período em Porto Alegre aponta para um início ainda mais precoce das políticas que viriam a caracterizar a primeira fase do Estado Novo e, o que é ainda mais surpreendente, pelas mãos de um político que logo em seguida seria exilado no Uruguai como dissidente do regime e tornar-se-ia um dos líderes da "oposição liberal". A resposta do interventor federal do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha à tentativa de greve geral de janeiro de 1935 incluiu não apenas a intervenção policial nos principais sindicatos do estado, mas também a ordem para o assassinato seletivo de diversos destacados militantes comunistas. No nosso estudo de caso sobre o sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre, resumimos assim o impacto das diferentes fases deste processo na vida da entidade:

¹⁵ Alexandre Fortes, "Revolvendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)." In: *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*, org. Alexandre Fortes (Campinas: Editora da Unicamp, 1999), 19-49. Pp. 40, 41.

¹⁶ Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976). Pp.153-197

Entre 1934 e 1937, foi evitada a presença policial direta no interior da entidade, embora obviamente a atuação da IRT [Inspetoria Regional do Trabalho] estivesse articulada com os organismos de repressão propriamente ditos. Mas o papel de mediação de figuras ligadas à área trabalhista, como o inspetor regional do Trabalho e o deputado classista Carlos Santos amenizava as intervenções, buscando legitimá-las apenas a partir da legislação referente ao funcionamento do sindicato e às prerrogativas do Estado frente a este. O golpe do Estado Novo marcaria um momento qualitativamente diferenciado, nas práticas de intervenção e controle sobre a ação sindical, ao dar tratamento criminal aos desvios da atuação que a lei tratava de prescrever de maneira cada vez mais minuciosa. Houve dois marcos significativos deste novo momento no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. O primeiro foi o lacre efetuado em 19/11/1937 nas folhas referente às assembléias do período anterior, não sem antes sublinhar os nomes ou fatos 'suspeitos' com um lápis vermelho. O segundo, a presença do próprio representante do DOPS, delegado Plínio Brasil Milano, presidindo os trabalhos de uma assembléia.¹⁷

O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano

Populismo e Trabalhismo: os riscos do revisionismo

Se uma questão é como passamos da revolução de 1930 a uma ditadura corporativista, outra questão é como dela saímos para o populismo e/ou trabalhismo e, novamente, qual o significado desta passagem para os movimentos de trabalhadores.

Desde o final da década de 1950, o conceito de populismo tem desempenhado um papel fundamental nos debates sobre as transformações vividas pelas sociedades latino-americanas no século XX.¹⁸ Muitos analistas viram na frágil resistência à onda de golpes militares que varreu a região a partir de 1964 a demonstração de que a experiência populista, além de aprofundar a instabilidade política, havia comprometido o próprio desenvolvimento de uma sociedade civil capaz de defender as instituições democráticas.¹⁹ O estudo da relação entre

¹⁷ Fortes, "Reverso a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)." p. 37

¹⁸ Ver, por exemplo: Gino Germani, *Política y sociedad en una época de transición, de la sociedad tradicional a la sociedad de masas* (Buenos Aires: Editorial Paidós, 1962). Torcuato S. Di Tella, *El sistema político argentino y la clase obrera* (Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964). Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias (estudo de um grupo de trabalhadores)* (São Paulo: Brasiliense, 1970).

¹⁹ Ver, por exemplo: Octávio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968); Francisco C. Weffort, *O populismo na política brasileira* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978).

o movimento operário e o Estado nacional, aspecto fundamental na caracterização do chamado "período populista", marcou a própria origem das pesquisas acadêmicas sobre o trabalho na América Latina. O populismo foi universalmente condenado como um desvio ou uma maldição que teria anulado os potenciais de desenvolvimento da classe trabalhadora como força social e política autônoma, reduzindo-a à condição de "massa de manobra" manipulada por lideranças carismáticas.

Numa interpretação mais matizada, o resultado deste processo teria sido a impossibilidade de uma integração plena e universal das maiorias latino-americanos ao exercício de direitos políticos e sociais, gerando o que Wanderley Guilherme dos Santos definiu como "cidadania regulada",²⁰ mediada pelas estruturas corporativas do sindicalismo oficial e da legislação trabalhista e subordinada aos objetivos de projetos nacional-desenvolvimentistas definidos unilateralmente pelo Estado.

Considerando-se a persistência e a ampla difusão dessas teses que relegam a história das classes trabalhadoras no período populista às notas de rodapé, não deixa de ser surpreendente que ela tenha se tornado o objeto de uma rica e diversificada produção acadêmica no final do século XX.²¹ Nas últimas décadas, os mais diversos aspectos da vida dos trabalhadores latino-americanos no período, bem como sua multifacetada relação com os regimes, movimentos e líderes tradicionalmente denominados populistas têm sido reexaminados com maior acuidade, a partir de uma base empírica de dimensões imensamente mais amplas e de um instrumental teórico flexível e refinado. Com a emergência de uma caracterização muito mais cuidadosa e nuançada dos processos de organização e participação política dos setores populares, ruíram alguns dos elementos fundamentais da chamada "teoria do populismo", como a atribuição de uma suposta passividade

²⁰ Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*, (Rio de Janeiro: Campus, 1979).

²¹ Ver, por exemplo, para o caso brasileiro: Angela Maria de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, (Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Vértice, 1988); Antonio Luigi Negro, "Paternalismo, populismo e história social," *Cadernos AEL* 11, no. 20-21 (2004): pp. 9-36; Fernando Teixeira da Silva, *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968* (São Paulo/Santos: Editora HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos/Unicamp, 1995); Hélio da Costa, *Em busca da memória*, (São Paulo: Scritta, 1995). Para a Argentina, ver Daniel James, *Resistance e integration: Peronism e the Argentine working class, 1946-1976*, *Cambridge Latin American studies* (Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1988).; Lobato, *La vida en las fábricas: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970)*. Em relação ao México: John Lear, *Workers, neighbors, and citizens: the revolution in Mexico City* (Lincoln: University of Nebraska Press, 2001); Middlebrook, *The paradox of revolution: labor, the state, and authoritarianism in Mexico*.

generalizada aos trabalhadores recém-chegados às cidades, que decorreria da herança trazida de um ambiente rural marcado pelo clientelismo tradicional.²²

Além disso, assim como o ciclo das ditaduras militares aprofundou a crítica ao passado populista, as décadas neoliberais criaram um contraste negativo, frente ao qual muitos aspectos deste mesmo passado passaram a ser vistos sob uma luz mais favorável.²³ O reflexo mais nítido desta inflexão no ambiente político-intelectual tem sido a defesa do abandono do conceito de populismo por diversos autores²⁴, que entretanto tem apresentado como alternativa ou termos descritivos associados a variantes específicas do fenômeno ("trabalhismo", "cardenismo", "peronismo") ou caracterizações ainda mais genéricas, como "nacional-estatismo"²⁵.

Embora seja correto apontar, como fazem muitos desses críticos, que a capacidade explicativa do conceito de populismo é geralmente prejudicada pelo estigma a ele associado, vale notar que nenhuma das opções apresentadas permite pensar o fenômeno em âmbito latino-americano. De fato, sequer permitem pensar o Brasil como um todo. Se a produção anterior foi em grande medida marcada por generalizações abusivas, o isolamento de cada experiência em suas particularidades não oferece respostas para as fortes similaridades nos resultados gerados por processos políticos tão radicalmente distintos como, por exemplo, os vividos no período pelos três maiores países latino-americanos.

O fato é que, à medida que novas pesquisas têm sido desenvolvidas e a sensibilidade para a experiência operária tem se aguçado, a necessidade de uma nova estrutura conceitual capaz de

²² Para a versão clássica da tese da "passividade dos migrantes rurais recentes" ver: Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias* (estudo de um grupo de trabalhadores).

²³ A força desta vinculação entre análise histórica e disputa política contemporânea fica evidenciada no fato de que, em muitos casos, os governantes que assumiram o poder nos Estados latino-americanos nos anos 1990 definiram como sua missão histórica sepultar os restos da "herança populista". O caso mais destacado, sem dúvida, foi o de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, expoente da escola sociológica de São Paulo, principal vertente formuladora da "crítica ao populismo" no país desde os anos 1960.

²⁴ Ver, por exemplo: Ian Roxborough, "Unity e diversity in Latin American history," *Journal of Latin American Studies*, no. 16 (1984): 1-26.; Allan Knight, "Cardenismo: coloso o catramina?." In: *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta*, org. Maria Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone (Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1998), 433 p.; Angela Maria de Castro Gomes, "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito," *Tempo* 1, n. 2 (1996): pp. 31-58.; Jorge Luiz Ferreira, "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira." In: *O populismo e sua história: debate e crítica*, org. Jorge Luiz Ferreira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), 380 p.

²⁵ Daniel Aarão Reis Filho, "O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita." In: *O populismo e sua história: debate e crítica*, org. Jorge Luiz Ferreira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), 380 p.

balizar a análise do período pós-30 tem se colocado. Angela Castro Gomes está sem dúvida entre as pioneiras na proposição destes novos paradigmas desde ao menos a metade dos anos 1980. Foi nos últimos anos, porém, que a autora desenvolveu uma refutação mais explícita do próprio conceito de populismo. Ele seria uma invenção acadêmica datada, cuja trajetória histórica no Brasil teria se iniciado nas reuniões do chamado "Grupo de Itatiaia", que a partir de agosto de 1952, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, passou a discutir um amplo leque de problemas sociais e políticos brasileiros. O grupo incluía Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe, mas por detrás da respeitabilidade acadêmica de muitos destes nomes, teria tido de fato o papel de sistematizar os preconceitos existentes entre a elite liberal-conservadora em relação às mudanças em curso na política nacional. As críticas formuladas por estes autores se dirigiram tanto à política de massas em si mesma, que estaria incorporando ao jogo político setores populares inorgânicos, criando a base para a demagogia, quanto, de outro lado, à conformação assumida pela classe dirigente no período, que teria perdido sua representatividade e seu poder de exemplaridade.²⁶

Para Gomes, Francisco Weffort, ao levar adiante o desenvolvimento de uma teoria do populismo, teria inicialmente esboçado uma superação do caráter pejorativo existente no conceito, buscando dar conta da ambigüidade do fenômeno. Ele chega a conceber a própria categoria de "manipulação" de uma maneira que poderia "ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas, quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas", e em algumas ocasiões até mesmo admite substituí-la pelo termo "aliança". Ao focar conjunturas específicas, verificaria ainda que a relação "originária" de dependência, gerando como subproduto "o reconhecimento da própria cidadania das massas, consagrada por uma série de direitos legais", teria levado o populismo a uma possível evolução.

Porém, o julgamento a *posteriori*, baseado na derrota dos projetos reformistas pelo golpe militar de 1964, teria selado uma interpretação do regime populista em que ele era considerado condenado desde as origens por suas contradições inerentes: "uma democracia incompleta e não uma democracia parlamentar plena, na qual tristemente não se pode transformar". Esta crítica sobre as deficiências da política populista, lembra a autora, baseava-se em grande medida numa teleologia de

²⁶ Gomes, "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito."

inspiração marxista, que associava o populismo diretamente às supostas debilidades estruturais da classe operária brasileira, ou aos equívocos estratégicos supostamente cometidos por suas organizações e lideranças. Tal abordagem, entretanto, completa Gomes, tem sido fortemente abalada por novas referências teóricas, como aquelas propostas por E. P. Thompson, poderosa influência na produção acadêmica brasileira das últimas duas décadas.²⁷

A autora argumenta que seu estudo clássico, *A invenção do trabalhismo*,²⁸ buscava investigar "a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil", rompendo com o conceito de populismo e com a noção correlata de manipulação política, que anulariam a priori a possibilidade de conceber os trabalhadores exercendo "um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades". A alternativa proposta teria sido substituí-los pela idéia de "pacto trabalhista", que:

procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um todo-poderoso Estado, nem uma classe passiva, porque fraca numérica e politicamente. [...] Os benefícios materiais 'oferecidos' e implementados [...], bem como a própria forma com que vêm revestidos, serão 'recebidos' e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências.²⁹

Esta proposta de abandono do conceito de populismo tem conquistado adeptos. Para Daniel Aarão Reis Filho, ele seria um expediente político e intelectual unindo a direita vitoriosa e a esquerda frustrada após o golpe de 1964. O objetivo seria banir a memória da "tradição trabalhista", "um programa nacionalista, estatista e popular", englobando política externa independente, intervencionismo na economia, "institutos de aposentadora e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente" e ainda "as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego".³⁰

²⁷ Ibid. P. 51.

²⁸ Gomes, *A invenção do trabalhismo*.

²⁹ Gomes, "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito." P. 54

³⁰ Reis Filho, "O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita."

Uma "vasta rede de sindicatos oficiais e *organizações sindicais paralelas*", se identificaria também com essa tradição, assim como "alguns partidos", particularmente o PTB, "com sua galeria de líderes carismáticos: Getúlio Vargas, João Goulart, Hugo Borghi, Ivete Vargas, Leonel Brizola, entre outros", ao qual Reis Filho atribui, nos últimos anos da sua existência "uma identidade relativamente consolidada" que teria lhe assegurado "nos grandes centros urbanos, boa parte dos votos dos trabalhadores assalariados", mas também "a liderança de lutas nacionalistas", como aquelas relativas ao capital estrangeiro, remessa de lucros, "pela afirmação do poder e da cultura nacionais". Do mesmo modo, o PTB, na visão do autor, teria conduzido a luta por outras bandeiras reformistas: distribuição de renda e de poder como "aumentos salariais, reforma tributária", "voto para os analfabetos e para os graduados das forças armadas", e "controle sobre o poder econômico nas eleições".³¹

Mas além de uma expressão partidária, campanhas e bandeiras de luta, o trabalhismo, expressão nacional das "tradições nacional-estatistas" criadas pelas classes populares da América Latina, e expressas no restante do sub-continente por lideranças como Juan Perón, Lázaro Cárdenas, Augusto Sandino, Jacob Arbenz, Camilo Cienfuegos e Fidel Castro, abarcaria também:

as lutas sociais reformistas, ritmadas pelos dissídios coletivos, arbitradas pela Justiça do Trabalho, mediadas, quando isso era possível, pelas suas lideranças. E o recurso da greve e das manifestações, mais ou menos amparadas, às vezes protegidas e estimuladas, não raro contidas, e até mesmo reprimidas, segundo as conjunturas, pelos governos.³²

Já para Jorge Ferreira, o "projeto trabalhista", formulado pelo Estado, particularmente a partir de 1942, numa inflexão da ditadura do Estado Novo - a invenção mencionada no título do trabalho de Gomes - teria contribuído "de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora". Tratar-se-ia de "uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns", e que integraria "idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os trabalhadores muito antes de 1930". Portanto:

o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica. [...] Não foi casual que o

³¹ Ibid.

³² Ibid.

PTB, a institucionalização do projeto, tenha sido a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país.³³

Deslocado de cena o populismo, por pejorativo, impreciso e ideologicamente contaminado, estaríamos diante de um fenômeno extraordinariamente totalizador: o trabalhismo.³⁴ Este, por sua vez, seria ao mesmo tempo um pacto entre trabalhadores e Estado que "expressa a constituição da classe", e portanto uma forma particular da sua consciência, mas também uma "tradição" que articularia estruturas jurídicas, assistenciais, sindicais e partidárias com mobilização social (assim como, o que é mais surpreendente, também com sua "contenção e repressão"). Acima de tudo, porém, o trabalhismo envolveria líderes carismáticos, capazes de "expressar" os interesses, crenças e valores de suas bases. Substituído o conceito em nome da valorização da agência histórica dos trabalhadores, caberia perguntar que papel estaria a eles reservado no novo paradigma.

Seria o caso de lembrar que, originalmente, *A invenção do trabalhismo* não se apresentava como uma história "da constituição da classe trabalhadora brasileira", mas sim da sua "incorporação ao cenário político", através da qual ela "ganhou o *status* de ator político relevante na vida institucional do país". Esta perspectiva, justificada pelo fato de que a identidade da classe não decorre apenas "de posições experimentadas apenas ao nível das relações de produção" certamente contribuiu para que o livro se concentrasse na disputa entre "o conjunto diferenciado de propostas que lutam e competem pelo monopólio da 'palavra operária'". Neste intento, socialistas, anarquistas e comunistas teriam sido fracassados, e o Estado ditatorial de Vargas bem sucedido, na medida em que, vencida a resistência do início dos anos 30, "fechou-se com vigor o espaço para qualquer tentativa de encaminhar o processo de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores". O trabalhismo, portanto, visava mais do que "falar para um público", pretendendo "produzir este público, identificado como a classe trabalhadora brasileira".³⁵

³³ Ferreira, "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira."

³⁴ Crítico aqui, sobretudo, o emprego do conceito por Reis Filho e Ferreira. Gomes, em trabalho recente, destaca que "como tradição, o trabalhismo será reapropriado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas". Cf. Angela Maria de Castro Gomes, "Reflexões em torno de populismo e trabalhismo," *Varia História*, n. 28 (2002). P. 68.

³⁵ Gomes, *A invenção do trabalhismo*. Pp. 24, 30, 325.

Talvez aqui esteja um delicado ponto de deslizamento conceitual. Seria esse processo de "produção de um público" para o discurso emanado do Estado, o equivalente à "constituição da classe"? Não parece ter sido essa a intenção original da autora. *A invenção do trabalhismo*, em vários momentos, advoga a capacidade da "audiência" operária ressemantizar, a partir de suas experiências e valores, tanto o discurso estatal, quando o próprio processo simbólico envolvido na concessão de benefícios. À medida, porém, que o livro não analisa a cultura operária, suas formas de ação coletiva, nem o funcionamento de organizações de classe concretas, tornava-se difícil perceber como essa apropriação cultural se desenvolvia na prática social.

Mas o fato é que, por sua ênfase na disputa entre discursos e no papel do Estado como "enunciador" do lugar da classe trabalhadora no pós-30, *A invenção do trabalhismo* dá pouca atenção às greves ocorridas ao longo dos 50 anos analisados (meados da década de 1890 a meados da década de 1940), e em conjunturas decisivas para demonstrar como, no pós-30, não estavam descartados os "processos de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores", como entre 1933 e 1935, a narrativa desloca-se exclusivamente para o plano parlamentar. Estranhamente, para um trabalho que reivindica inspiração thompsoniana, a luta de classes em geral faz nele apenas uma pálida figuração, os capitalistas estando completamente ausentes.³⁶ Já o Estado, ao invés de uma estrutura político-institucional que serve de cenário a uma forma particular de exercício de hegemonia de classe, comparece nas conclusões como um ator unívoco, capaz de estabelecer, em nome próprio, pactos com uma classe operária cujos contornos teriam sido por ele mesmo definidos. O ângulo a partir do qual o trabalho enfoca a história operária certamente contribui para a conclusão de que o fazer-se da classe teria sido deslocado definitivamente do espaço da sua experiência para as mãos do aparato estatal. É importante destacar porém que, embora considerando esse desfecho uma "incorporação real - embora controlada - dos trabalhadores à vida política nacional", Gomes lamentava as suas deficiências:

o PTB, assim como os sindicatos no Brasil, nasceu sob a chancela de um Estado autoritário, para atuar em um regime não mais autoritário, mas certamente ainda conservador. Projetos de participação política mais mobilizadores e instrumentos de representação mais autônomos não tinham espaço nesta espécie de 'pluralismo limitado' do pós-45.³⁷

³⁶ É importante destacar que vários dos temas aqui apontados como lacunas em *A invenção do trabalhismo* foram tratados pela autora em estudo anterior Angela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*, (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979). Pela falta da integração destes aspectos nas conclusões de *A invenção do trabalhismo*, fica difícil atribuir-lhe o papel de síntese do significado da experiência operária no período, com pretendem autores como Ferreira e Reis Filho.

³⁷ Gomes, *A invenção do trabalhismo*. Pp. 328-329.

Estávamos portanto, em 1988, ainda muito distantes da tendência atual de alguns trabalhos em minimizar, ignorar ou justificar os graves limites colocados no período para o exercício da cidadania por parte da classe trabalhadora, que, na verdade, não se encontrava completamente subsumida no sistema político e no aparelho de Estado, muito menos "expressa" por lideranças carismáticas. Além do risco de substituir o estigma pela apologia, ao trocarmos o "populismo" por "trabalhismo" podemos estar mantendo, ou até mesmo aprofundando o equívoco de tentar explicar elementos diferentes de um mesmo momento histórico por um único termo.

Houve, evidentemente, um projeto político trabalhista, expresso pelo PTB e em alguns momentos por certas dissidências do partido, como o PTB-I, dissidência criada pelos sindicalistas trabalhistas de Porto Alegre nos anos 1950, e o MTR de Fernando Ferrari, liderança geralmente esquecida, mas tão ou mais expressiva no plano regional do que João Goulart, a quem derrotou na eleição para vice-presidente de 1960 no Rio Grande do Sul.³⁸ Articulado por diversos agentes políticos no final do Estado Novo, entre eles políticos, burocratas ligados à "questão social" e sindicalistas (ou interventores sindicais), o PTB veio a lograr grande aceitação entre os trabalhadores urbanos de várias partes do país.

Em outros, como foi o caso de São Paulo, deu-se processo semelhante, mas com algumas diferenças significativas, entre elas a dimensão do vertiginoso crescimento numérico da classe trabalhadora, originando o ademarismo e o janismo³⁹, que como recorda French, eram movimentos essencialmente antitrabalhistas e antigetulistas. Se algumas das características desses fenômenos paulistas foram generalizadas abusivamente para pensar o país como um todo pelos clássicos da teoria do populismo, seria também um equívoco formular um paradigma explicativo que pretendesse considerar o centro do desenvolvimento econômico nacional como uma exceção.

Ou seja, por mais que a crítica à gênese elitista, à carga de preconceito e às limitações do conceito de populismo sejam pertinentes, trabalhismo não nos oferece uma alternativa para analisar sequer o

³⁸ Os números para o estado como um todo são: Ferrari, 557.425 votos (44,12%); Goulart, 472.902 (37,42%). Em Porto Alegre, a diferença se elevaria para cerca de 55% a 35%. Maria Izabel Noll e Hélio Trindade, orgs., *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945/1994* (Porto Alegre: Edufrgs/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995). Pp. 122-124.

³⁹ Ver Fontes e Duarte, "O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)."

conjunto das mudanças na relação entre sociedade e política que ocorriam no período no país, quanto mais para integrá-las num quadro latino-americano onde, indubitavelmente, elas se situam em meio a um conjunto de experiências similares, cuja análise comparativa é fundamental. Tanto é que, até hoje, qualquer tentativa de reunir um conjunto de trabalhos sobre essa temática acaba recorrendo ao uso do conceito, mesmo que boa parte dos autores incluídos nestes trabalhos decrete a necessidade nos livrarmos dele.⁴⁰

Compreender estas relações entre sociedade e política no período, salienta French, exige a adoção de um modelo interativo de classe social. Isso significa, acima de tudo, articular a análise das mudanças na composição interna da classe operária com as transformações vividas por outros segmentos sociais (como a classe média), que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças sem implicar necessariamente em passividade e subordinação dos trabalhadores a líderes carismáticos. A configuração destas alianças, assim como os mecanismos institucionais e práticas sociais que estabeleciam suas condições de existência é o que o autor denomina "sistema político populista", um sistema que, apesar das desigualdades existentes, "influenciou o comportamento de todos os participantes".⁴¹

O "sistema político populista", como destacam Silva e Costa, definia o enquadramento geral através do qual "as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retórica públicas traçavam muitas vezes os limites do que poderia ser politicamente possível". Ele não anulava a existência de diversos projetos políticos que se digladiavam no período, nem substituiu a ação das classes sociais, cuja interação conflitiva "impunha limites à exploração política e econômica", não obstante a eventual realização de alianças. Do ponto de vista dos trabalhadores, essa realidade "era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos". Para o bem ou para o mal, não se tratava de uma "adesão cega e ativa", mas antes,

⁴⁰ No caso brasileiro, o comentário se refere, evidentemente, a Jorge Luiz Ferreira, org., *O populismo e sua história: debate e crítica* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001). Já em âmbito latino-americano, ver Maria Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone, orgs., *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cienicienta*, 1a org. (Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1998). Nessa coletânea, Alan Knight, por exemplo, na sua análise sobre o México, propõe descartar o uso do termo populismo em favor de "cardenismo", do qual apresenta as diversas variantes regionais.

⁴¹ Daniel James e John D. French, "Pensar a América Latina. Entrevista de Daniel James e John French," in *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*, org. Alexandre Fortes (Campinas, SP, Brasil: Editora da Unicamp, 1999), pp. 266-268.

de "um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis". Deste modo, os trabalhadores logravam impor,

ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. Portanto, o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira *a priori*, mas está sujeito a constantes rearranjos, submetido a freqüentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores.⁴²

Esta formulação não estigmatiza o período, mas também evita que abramos mão, ao estudá-lo, do exercício da crítica e da formulação de juízos, fundamentados pelas evidências, sobre as suas contradições, dilemas e perplexidades, expressos muitas vezes por aqueles que o vivenciaram.

Uma apreciação crítica sobre as contradições e limites da relação entre trabalhismo e organização operária, não deve, entretanto, nos levar a minimizar as grandes novidades históricas presentes no período pós-1945, para a compreensão das quais, sem dúvida alguma, *A invenção do trabalhismo* deu uma contribuição fundamental. Apesar de todas as suas limitações, o espaço institucional permitia agora a expressão da diversidade de correntes políticas e lideranças atuantes no movimento operário ou que ao menos tinha como projeto canalizar as demandas sociais da classe trabalhadora. Mesmo que isso, como no caso dos comunistas eleitos para o parlamento através de outras legendas, implicasse na burla ao rigor repressivo da legislação vigente.

Essa situação possibilitava que tanto os elementos unificadores da classe, expressos em bandeiras de luta e campanhas gerais, se articulassem de forma orgânica ao processo político quanto que as tensões e conflitos existentes no seu interior, envolvendo distintas concepções, estratégias e parâmetros éticos, tivessem nele mais um espaço de desenvolvimento. O reconhecimento dessas transformações como avanços reais na incorporação dos trabalhadores à cidadania e na conquista de direitos sociais não deve nos levar a minimizar a crítica à via autoritária como foi construída a base institucional sobre a qual a experiência populista veio a se desenvolver, deixando sobre ela suas marcas indelévels.

⁴² Silva e Costa, "Trabalhadores urbanos e populismo: Um balanço dos estudos recentes."

Analiseemos apenas um exemplo dos riscos decorrentes da ânsia revisionista. O professor Jorge Ferreira, em trabalho relativamente recente, utilizou o depoimento concedido nos anos 1980 pelo primeiro presidente do PTB gaúcho, o sindicalista do ramo de transportes urbanos José Vecchio, como um instrumento para questionar interpretações tradicionais sobre o período. Conforme destaca Ferreira, embora Vecchio tenha sido preso seis vezes durante o Estado Novo, registra em suas memórias que ele e seus companheiros sindicalistas estavam "confiantes de que Getúlio saberia conduzir o país". A ditadura, avalia, "foi muito melhor" para os trabalhadores, acrescentando, "bendito golpe!", o que leva Ferreira a comentar:

Trata-se, sem dúvida, de algo estranho para aquele convencido de que ao movimento operário interessa somente a democracia. No entanto, historicamente, nada garante a relação direta entre um e outra. Diversas experiências históricas demonstram que, em determinadas situações, a democracia interessa ao movimento operário, mas, em outras não.⁴³

Para Ferreira, "José Vecchio e seus companheiros sindicalistas" expressariam a síntese de todo um período histórico do movimento operário do Rio Grande do Sul, eles:

recusaram as propostas dos anarquistas, entraram em concorrência com os comunistas, aderiram ao sindicalismo oficial, apoiaram as políticas públicas de Vargas, inclusive as implementadas durante na ditadura do Estado Novo [...] Pode-se alegar que [...] não defenderam os 'reais' e 'verdadeiros' interesses da classe trabalhadora. É possível. Mas quem pode enumerar quais são os 'reais' e 'verdadeiros' interesses da classe ou, ao menos dizer onde se encontra o Livro Sagrado dos Mistérios em que foram revelados aos mortais?⁴⁴

Trata-se, sem dúvida, de um raciocínio político altamente questionável, formulado a partir de um procedimento teórico-metodológico ainda mais questionável, ou seja, a tomada de um único depoimento como expressão da verdade sobre os fatos nele

⁴³ Jorge Ferreira, "Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio," in *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*, org. Daniel Aarão Reis Filho (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000). Pp. 195-196.

⁴⁴ *Ibid.* Pp. 205-213.

mencionados⁴⁵. Tão difícil para um observador externo quanto definir "verdadeiros" interesses de classe, certamente será estabelecer em que circunstâncias "a democracia interessa ao movimento operário". A história, inclusive, tem demonstrado que este exercício é particularmente perigoso quando realizado por intelectuais.⁴⁶

Talvez fosse o caso de lembrar que, ao lado dos legados duradouros no campo da legislação sindical e trabalhista, o Estado Novo deixou também como herança o pau-de-arara nas delegacias, expressão da violência institucionalizada que se abateu em ampla escala sobre a esquerda organizada durante a Ditadura Militar, mas que, infelizmente, nunca deixou de fazer parte do cotidiano da classe trabalhadora brasileira.

O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano

⁴⁵ Para uma versão totalmente distinta sobre José Vecchio, baseada em ampla pesquisa num leque diversificado de fontes, ver Fortes, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*, cap. 10.

⁴⁶ Paulo Sérgio de M. S. Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935* (São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

Referências Bibliográficas

Araújo, Ângela. Estado e trabalhadores: A montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In: **Do corporativismo ao neoliberalismo**. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra., organizado por Ângela Araújo, 29-57. São Paulo: Boitempo, 2002.

Costa, Hélio da. **Em busca da memória**. São Paulo: Scritta, 1995.

Di Tella, Torcuato S. *El sistema político argentino y la clase obrera*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964.

Ferreira, Jorge. Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio. In: *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*, organizado por Daniel Aarão Reis Filho. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

Ferreira, Jorge Luiz. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**, organizado por Jorge Luiz Ferreira, 380 p. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

---, org. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Fontes, Paulo Roberto Ribeiro, e Adriano Duarte. "O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)." **Cadernos AEL** 11, n. 20-21 (2004): 83-121.

Fortes, Alexandre. **Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas**. Rio de Janeiro/Caxias do Sul: Garamond Universitária/ EDUCS, 2004.

---. "Reverendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)." In: *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*, organizado por Alexandre Fortes, Pp. 19-49. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

French, John D. **O ABC dos operários: Lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo/São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

Galbraith, John Kenneth. **A era da incerteza**. São Paulo: Pioneira, 1980.

Germani, Gino. **Política y sociedad en una época de transición, de la sociedad tradicional a la sociedad de masas**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1962.

Gomes, Angela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

---. **A invenção do trabalhismo**, Formação do Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Vértice, 1988.

---. "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito." **Tempo** 1, n. 2 (1996): Pp. 31-58.

---. "Reflexões em torno de populismo e trabalhismo." **Varia História**, n. 28 (2002): Pp.55-68.

Hall, Michael. "Corporativismo e Fascismo." In: **Do corporativismo ao neoliberalismo**. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra, organizado por Ângela Araújo, Pp.13-28. São Paulo: Boitempo, 2002.

Hobsbawm, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX, 1914-1991. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ianni, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

James, Daniel. **Resistance e integration**: Peronism e the Argentine working class, 1946-1976. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1988.

James, Daniel e John D. French. "Pensar a América Latina. Entrevista de Daniel James e John French." In: **Na luta por direitos**: estudos recentes em história social do trabalho, organizado por Alexandre Fortes, pp. 266-268. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Knight, Allan. "Cardenismo: coloso o catramina?" In: **Populismo y neopopulismo en América Latina**: el problema de la Cenicenta, organizado por Maria Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone, 433 p. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1998.

Lear, John. **Workers, neighbors, e citizens**: the revolution in Mexico City. Lincoln: University of Nebraska Press, 2001.

Lobato, Mirta Zaida. **La vida en las fábricas**: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2001.

Mackinnon, Maria Moira, e Mario Alberto Petrone, orgs. **Populismo y neopopulismo en América Latina**: el problema de la Cenicenta. 1a ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1998.

Middlebrook, Kevin J. **The paradox of revolution**: labor, the state, e authoritarianism in Mexico. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

Moraes Filho, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

Negro, Antonio Luigi. "Paternalismo, populismo e história social." *Cardernos AEL* 11, no. 20-21 (2004): pp. 9-36.

Noll, Maria Izabel, e Héglio Trindade, orgs. **Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul - 1945/1994**. Porto Alegre: Edufrgs/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

Pinheiro, Paulo Sérgio de M. S. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Polanyi, Karl. **A Grande Transformação** - as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980

Reis Filho, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita. In: **O populismo e sua história**: debate e crítica, organizado por Jorge Luiz Ferreira, 380 p. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 13, n. 2,
p. 61-86, 2007

Rodrigues, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo,: Difusão Européia do Livro, 1968.

Rodrigues, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias** (estudo de um grupo de trabalhadores). São Paulo: Brasiliense, 1970.

Roxborough, Ian. Unity e diversity in Latin American history. **Journal of Latin American Studies**, n.º. 16 (1984): pp. 1-26.

Santos, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira, Contribuições em ciências sociais. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Silva, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa**: os operários das docas de Santos : direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo/Santos: Editora HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

---. **Operários sem patrões**: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Silva, Fernando Teixeira da, e Hélio da Costa. Trabalhadores urbanos e populismo: Um balanço dos estudos recentes. In: **O populismo e sua história**: debate e crítica, organizado por Jorge Luiz Ferreira, 380 p. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Vianna, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Weffort, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.